Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920)

Maria Luiza Ugarte Pinheiro
UFAM

PODEMOS RASTREAR E MENSURAR a presença e influência portuguesa no Amazonas a partir de diversas dimensões seja no debate acerca da arquitetura urbana; seja na introdução de hábitos e valores que ganhavam com insistência espaço nos códigos de posturas; seja nos álbuns anuais, na escrita dos memorialistas, nos discursos das autoridades ou ainda nos inúmeros periódicos que veicularam na cidade de Manaus.

Tem sido mais comum, afirmar essa presença recuando-se aos primórdios da colonização, com a fundação do forte do Rio Negro em 1669, quando essa presença começa a ser efetivada na região que é hoje o Amazonas. Na condição de cônsul português no Amazonas no início do século XX, Veiga Simões, autor de um importante livro sobre a presença portuguesa na Amazônia, valoriza esse primeiros momentos da colonização:

> Pouco a pouco a gente da Companhia e os colonizadores mais audazes internavam-se pelos sertões, acampavam nas grandes margens, onde os afluentes se quebravam de encontro ao Amazonas, subiam colos sombrios e apertados, iniciavam fazendas, que breve eram aldeias onde a catequese do padre arrastava o índio, e o trabalho do colono da metrópole dirigia as plantações. Na invocação da pátria distante, os colonos batizaram as terras novas com os [nome] das vilas que em Portugal se ficaram, extáticas, desertas de braços, entregues a si-mesmo, naquele abandono que Sá de Miranda tanto reverbera na Carta ao Senhor de Basto. Era primeiro Moura, Tomar (1658), logo Serpa, Olivença, Ega (1659), depois a construção do forte do Rio Negro (1669), onde mais tarde se iria assentar Manáos.[1]

A presença lusitana em Manaus vai consolidar uma tradição que esteve presente em quase todos os portos do Brasil e do mundo. Como é sabido, desde finais do século XIII, Portugal tornou-se um centro de comércio marítimo ativo, o que contribuiu para que a comunidade portuguesa se

1 SIMÕES, Veiga. *Daquem & Dalem Mar*. Manáos: Tip. Da Livraria "Palais Royal", 1916, p. 32-33.

espalhasse pelo mundo. Em cidades como Manaus, onde havia a precedência do domínio colonial português e onde também se formara uma forte comunidade lusitana, era de se esperar que essa presença fosse bastante incisiva.

A comunidade portuguesa, já significativa no Amazonas, vai ampliar-se ainda mais com a expansão da economia gumífera na região e com a consequente atração de novos migrantes. É comum referenciar este momento como fortemente influenciado pelo capital inglês e pela cultura francesa, porém é inequívoca a afirmação de que a maior parte dos imigrantes estrangeiros que aportavam todos os dias em Manaus fossem de origem portuguesa.

Essa segunda migração, vem reforçar as bases da colônia portuguesa no Amazonas, muitas vezes seguindo os passos já trilhados por seus antecessores. De longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, de padarias e de mercearias na cidade. A tomar-se como verdadeira a afirmação do cônsul português em Manaus, "a maior parte do trabalhador dirigente, do comercio a retalho e do grande comercio é portuguesa", o que resultava em remessas significativas, rendendo "anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes".[2]

Os números acerca da entrada de imigrantes portugueses em Manaus na virada do século XIX para o século XX são significativos, embora imprecisos. Em 1895, Lourenço da Fonseca, já registrava a predominância portuguesa, salientando que para Manaus, de uma população de 25.000 habitantes, possivelmente um terço dela era composta de estrangeiros, dos quais a maioria era oriunda de Portugal.[3] Anos mais tarde, o médico Hermenegildo de Campos referendava tais informações quando afirmava que "quanto à nacionalidade da população na capital [Manaus] podemos calcular perto de 10.000 estrangeiros para 50.000 brasileiros. A maior colônia é a dos portugueses, avaliada por competentes em 5.000".[4]

Já afirmamos em trabalhos anteriores[5] que a força com que as ideias eugênicas penetraram e ganharam corpo no seio das elites dirigentes amazonenses, vai contribuir para a existência dessa forte presença portuguesa no Amazonas, onde as autoridades do Estado viam uma possibilidade de "melhorar a qualidade" da população amazônica via incentivo a colonização europeia, dando preferência à imigração ibérica. Era esse, o pensamento do Governador do Estado do Amazonas, Augusto Ximeno Villeroy em 1890. Em pronunciamento oficial, partindo de uma avaliação bastante negativa da população descrevia como deveria ser povoado o Estado do Amazonas.

> A nacionalidade brasileira resulta de uma mistura de raças, ainda não fundidas intimamente, o que será o trabalho dos séculos, de modo que etnograficamente não constituímos ainda – um povo; consequentemente, seria um erro aumentar a desordem existente, importando colonos a esmo, sem critério, sem seleção;

2 *Ibidem*, p. 120 e 198.

3 FONSECA, L. *No Amazonas*. Lisboa: Cia. Geral Typografica Editora, 1895, p. 85.

4 CAMPOS, Hermenegildo de. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. Manaus: ACA, 1988, p. 101.

5 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte Pinheiro. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: Edua, 2003.

> portanto, para não alterar o caráter fundamental da nacionalidade nascente, convém limitar a colonização aos povos ocidentais, especialmente ibéricos. Toda tentativa, pois, de colonização asiática, seja qual for, deve ser energicamente combatida; de resto, ensaiada em S. Paulo, ela tem sido verdadeiro desastre.[6]

O governador terminava seu discurso enfatizando o caráter empreendedor dos portugueses e relembrando o fato de que uma vez que a colonização da região fora feita por Portugal, nesse sentido haveria um substrato cultural que facilitaria a assimilação do colono, evitando-se traumas maiores de adaptação.

> [...] esta raça preenche todas as condições para viver, crescer e progredir no meio amazonense. Inútil expender aqui argumentos para demonstrar uma verdade sentida por todos, brilhantemente atestada pela nossa história e pela pujança da colônia portuguesa da Amazônia, principal esteio do seu comércio.[7]

Veiga Simões, cônsul de Portugal no Amazonas, em obra que pretendia divulgar o papel e a importância da colônia portuguesa no Amazonas, enfatizava para a comunidade amazonense e autoridades os motivos que deveriam levar o Amazonas a dar preferencia à imigração portuguesa (numa flagrante desqualificação da mão de obra do cearense). Ressaltava a importância da participação maciça desse imigrante na construção da estrada Madeira-Mamoré e lembrava ainda o investimento que essa comunidade fazia com o dinheiro que ganhavam na cidade de Manaus

> Os grandes empreendimentos do imenso vale, têm sido levados a cabo à custa do sangue português. Olhe-se a linha Madeira-Mamoré: toda ela assente sobre cadáveres de portugueses que tombaram aos milhares... Ainda agora, muitos dos grandes comerciantes portugueses de Manaus trabalharam em seringais no interior, lá foram buscar a rude aprendizagem para os seus negócios. É a colônia portuguesa que possui mais da metade da propriedade urbana, que rende anualmente a Portugal cerca de três mil contos fortes. Porque o português é o único colono do norte do Brasil, que aqui emprega seus capitais e para a sua terra remete apenas os rendimentos. [...] Onde estão as construções citadinas, as grandes propriedades do interior, a navegação, o carinhoso interesse dos outros colonos? Quem viu aí os imigrantes ingleses, italianos, alemães construírem quarteirões inteiros em Manaus ou no Pará?[8]

---

6 VILLEROY, A. X. "Como se deve povoar o solo amazônico". In: MIRANDA, B. (org.) *Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* (22 a 27 de fevereiro de 1910). Manaus: Palais Royal, 1911, p. 21.

7 *Ibidem*, p. 25-26.

8 SIMÕES, Veiga. *Op. cit.*, p. 120. Agnelo Bittencourt, em dicionário que organiza, também corrobora com parte desse pensamento, quando fala do comerciante português J. G. Araujo: "ao contrário de outros negociantes, que empregavam seus lucros fora do Amazonas e do Brasil, J. G. (assim também o chamavam), fazia-no onde a fortuna tinha sido ganha" (BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 87).

Assim, para o autor o incentivo a vinda de imigrantes portugueses – pelos laços criados desde os primórdios da colonização e pelos investimentos que os portugueses haviam desenvolvidos aqui na região até aquele momento – deveria ter prioridade no investimento das autoridades locais, em detrimento de outros migrantes, como os italianos, ou mesmo de nacionais, como os cearenses, que chegavam em número cada vez maior no porto de Manaus. Sobre os cearenses dizia o autor:

> Mas o cearense que é decerto, um rude trabalhador, é mau colono. Com raríssimas exceções, não se adapta à Amazônia. Vê-se no interior um barracão maltratado, coberto de paxiuba, sujo: é de cearense. Um barracão de madeira, coberto de telha com boas plantações em redor é em regra de português. Compreende-se. [...] Se fica para trabalhar, enquanto trabalha tudo espera do patrão. Aqui mesmo, em Manaus, se verifica a inadaptabilidade do cearense. As habitações mal instaladas nos bairros pobres da Cachoeirinha, dos Tócos, do Mocó, Flores, com a sua pobreza suja, são em regra de cearenses.[9]

As falas dos periódicos, do cônsul português e dos memorialistas apontam para uma questão, que é referente à percepção de uma diversidade muito grande das condições sociais e econômicas dos imigrantes portugueses. Podemos perceber na documentação portugueses abastados dirigindo suas empresas comerciais, portugueses a frente de instituições e órgãos de destaque na cidade, mas também, podemos flagrá-los em em ofícios e profissões os mais diversos, e principalmente entre os de pouca qualificação e remuneração, cabendo salientar que esses constituíam a grande maioria dessa comunidade. Com os olhos numa dessas pontas, Genesino Braga enumera alguns portugueses destacados na cidade:

> A firma do Comendador Alexandre Amorim -- Amorim e Irmão -- era na Travessa da Imperatriz e tinha a venda cal de Lisboa e a champanha "Cliquot". O Centro Comercial Amazonense, de José Teixeira de Souza, fundador da Associação Comercial do Amazonas e da Beneficente Portuguesa, era na rua da Boa Vista (atual Marques de Santa Cruz). João da Silva Sarmento, na Rua Formosa (atual rua de Teodoreto Souto, anunciava bacalhau a 240 réis a libra; e a Padaria Luso-Brasileira, situada perto da Ponte do Espírito Santo (próximo ao atual edifício da Alfandega) preparava saborosas bolachinhas com mel.[10]

Agnello Bittencourt nas páginas do seu *Dicionário Amazonense de Biografias* enaltece os feitos e a figura de um dos maiores aviadores de borracha da região norte: J G Araujo. Filho de lavradores em Póvoa do Varzim, deixa sua terra aos 11 anos de idade, com o consentimento de seus pais e chega a Manaus em 1871, atraído pelas informações positivas que ouvia sobre as terras do Amazonas. Pouco

9 SIMÕES, Veiga. *Op. cit.*, p. 118.

10 BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1975, p. 161.

a pouco, J. G. Araujo vai se consolidando na cidade, trazendo seus familiares e amigos para Manaus. Com o tempo acaba construindo um verdadeiro império comercial no norte do Brasil. O memorialista transcreve em seu livro uma carta datada de 29 de outubro de 1950, que Bernardino Gonçalves de Araujo escreve de Lisboa a seu primo o Comendador Agesilau de Araujo, filho de J. G. Araujo:

> Com maior satisfação lhe digo que tenho em meu poder o 'O Jornal' de 5 de Outubro de 1950, dessa cidade de Manaus, o qual presta justa homenagem ao meu parente n. 1, seu digno e honrado pai. Nas festas do centenário da Província do Amazonas, desse grandioso Estado, não podia ser melhor a lembrança de tornar conhecidos os feitos singulares do grande trabalhador português. A reportagem de Jara disse tudo, por isso, eu não desejo, nem posso dizer mais, mas depois de ter lido toda a descrição de Jara, eu vejo uma razão para perguntar… como compareceram os Araújos em Manaus? Porque é que eles foram para Manaus, quase deles desconhecida cidade, naqueles recuados tempos e não para o Rio de Janeiro, onde já havia muitos portugueses e os meios de transportes mais rápidos?[11]

Em Manaus os portugueses – diversificados econômica e socialmente – buscaram criar mecanismos de solidariedade que fizeram a comunidade adquirir um forte senso corporativo. Fizeram circular na cidade mais de uma dezena de periódicos, por onde buscavam não só informar, mas também uniformizar o pensamento da comunidade em torno de questões prioritariamente atinentes aos interesses mais específicos de seu segmento mais enriquecido. Muitas vezes segmentavam-se a partir de sua procedência em Portugal. Pelos títulos da Imprensa portuguesa no Amazonas, sobressaem poveiros e loriguenses.[12] Os subtítulos eram bastante esclarecedores sobre a procedência do imigrante ou sobre os interesses que pretendia defender. Assim, o periódico *Pátria Portuguesa*, publicado em 1920, intitulava-se "órgão defensor da Colonia Portuguesa". Em *Imprensa, Política e Etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1936)* o historiador Geraldo Sá Peixoto Pinheiro, salienta a importância do estudo desses periódicos para o entendimento do complexo universo dessa comunidade. Diz o autor:

> muito provavelmente não se compreenderia o complexo processo que eles desencadearam na tentativa da modelagem dos hábitos "patrícios", e na construção das identidades nacionais, culturais e das sensibilidades/subjetividades coletivas do próprio imigrante português no vale amazônico. Esses jornais portugueses e os grupos de letrados portugueses que deles fizeram parte, podem, muito bem,

11 BITTENCOURT, Agnello. *Op. cit.*, p. 84.

12 Inúmeros jornais portugueses foram publicados no período de 1893 a 1921, dos quais podemos citar: *A Caridade* (1893) – Sociedade Beneficente Portuguesa; *O Luzitano* (1900); *O Luso* (1904); *Loriga Literária* (1905); *O Loriguense* (1906); *A Voz de Loriga* (1909); *O Lusitano* (1913-1920); *O Povo de Loriga* (1910), órgão da Colonia Loriguense em Manaus; *Alma Portuguesa* (1915); *O Poveiro* (1915-1917); *Pátria Portuguesa* (1920), órgão defensor da Colonia Portuguesa; *O Ranzinza* (1921); *União Portuguesa* (1918); *República Portuguesa* (1919).

> uns e outros, ser pensados metaforicamente como "*os artesãos dos necessários ajustamentos*", para usar uma expressão consagrada em contexto semelhante pelo célebre historiador George Duby.[13]

A comunidade lusitana em Manaus buscou também fortalecer os laços de solidariedade com os habitantes da região que a acolhia, para quem lembravam o "passado comum" mostrando-se como pertencentes não a uma nação amiga, mas irmã. Buscaram integrar-se à sociedade amazonense, interagindo e misturando-se a ela. Sentiam-se partícipes do processo de desenvolvimento regional e todos os eventos da comunidade eram franqueados aos amazonenses.

Postura bem diferente da adotada pela comunidade de ingleses que criaram espaços restritos de convivência. No Bosque dos Ingleses somente os que possuíam muito dinheiro podiam frequentar. Detentores por concessão do governo federal e estadual, do controle da área portuária e dos principais serviços urbanos (água e esgoto, iluminação, telégrafo, mercado municipal) imprimiram relações superioridade, arrogância e prepotência, até mesmo com as principais autoridades locais.[14]

Exemplar dessa situação é a greve de 1899 dos estivadores do porto de Manaus., onde enfrentavam a poderosa empresa inglesa Manáos Harbour, concessionária dos serviços do porto de Manaus. Os periódicos locais como o Jornal do Comércio e o Diário de *Manáos*, unidos contra o poderio do capital inglês na cidade, utilizando- se da greve desses trabalhadores, deixavam entrever a relação tensa existente entre os comerciantes portugueses e locais e as empresas inglesas. Denunciava o *Diário de Manáos* em seu Editorial:

> Há doze dias que se acham em "greve" os estivadores aqui domiciliados. Criaturas pacíficas, bondosas, que suam desde a madrugada até o triste dilúculo, debaixo dum sol ardentíssimo, sujeitos à canícula e a chuva, e portanto às doenças que decorrem desse labutar insano, esses trabalhadores humildes, mas honrados, apenas pedem que os recompensem devidamente.
>
> Esses setecentos obreiros hão-se mantido, apesar da rudeza e das provocações constantes que têem sofrido, por parte de duas casas inglesas, que se imaginam em terra conquistada, na mais perfeita paz, com a mais inteira calma… Nada os perturba na consciência do magno direito … nem os insultos ouvidos.
>
> Casas tem havido, portuguesas e brasileiras, e numerosas senão todas que concordaram com a justiça das reclamações e têem espendiado os grevistas por preço da razoável tabela que convencionam. Para essas, embora apenas cumpram o dever da sensatez, enorme é a gratidão dos estivadores… A escravatura acabou em 13 de maio de 1888 e nós estamos no ano das graças 1899.

---

13 PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. *Imprensa, política e etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1936)*. Tese (doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2012.

14 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Op. cit.*

> Cremos, no entanto, que a reação dos comerciantes portugueses e brasileiros surgirá, impondo a esses agiotas do suor alheio a satisfação a satisfação dos pedidos feitos pela "greve", que tem sido modelar no gênero.
>
> Que os ingleses se esbofem, na sua sanha de estolar o pobre, chamando a polícia imprudentemente, sem razões plausíveis!
>
> Insistem, pois, os laboriosos estivadores no seu protesto manso e altivo, sem desmando de qualquer natureza, repudiando as provocações, porque têem a apoiá-los o comércio luso-brasileiro e a defende-los os que ainda se não deixaram vergar ao peso dum capitalismo inteligente e malvado.[15]

O *Jornal do Commércio*, um dos maiores diários da cidade, propriedade de um abastado comerciante português, deixava entrever nas suas páginas essa animosidade presente entre os comerciantes locais (que incluía estrangeiros e nacionais) contra os ingleses. Mas, o periódico refletia também em grande medida os interesses da comunidade lusitana no Amazonas numa vinculação que se materializava mais claramente a partir de colunas especiais como "Portugal Pelo Telégrafo" e "Cartas de Portugal", esta última assinada por João Grave, a partir de correspondências enviadas de Lisboa, onde informava as últimas notícias da vida política e cultural lusitana. Assim, em maio de 1920, quando algumas greves de trabalhadores agitavam Portugal, João Grave em longa coluna para uma comunidade preocupada e ávida de notícias dos seus informava que a situação continuava "pezada, asfixiante… Depois da minha ultima chronica ocorreram já no paiz acontecimentos sensacionais. Com efeito, a greve dos empregados […] telegrafo […] a dos funcionários públicos intensificou-se, mantendo-se os grevistas intransigentes…".[16] Percebe-se ainda a preocupação do periódico em tranquilizar a comunidade em função dos atrasos ocorridos com a correspondência. Assim, em outra notícia sobre o título *As Greves em Portugal* informava o jornal que "Como o publico sabe, o serviço postal em Portugal, por causa das greves, está irregularíssimo. Há milhares de malas a expedir para o Brasil, retidas a mezes em Lisboa".[17]

A comunidade portuguesa consolidou também suas raízes no Amazonas a partir das inúmeras agremiações filantrópicas que se formaram no seio da comunidade manauara, como as sociedades repatriadoras, donde a mais importante foi a *Luzitânia Repatriadora*, fundada em 1908. A *Lusitânia Repatriadora* além de ajudar inúmeros portugueses empobrecidos a retornarem para sua terra natal preocupou-se ainda com a educação dos trabalhadores portugueses que aqui viviam. Em 1909, o diário *A Notícia*, publicava uma matéria com o título *Portugueses em Manaus*, onde salientava o papel desempenhado por essa instituição:

---

15 *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1899.

16 *Jornal do Commercio*, 4 de maio de 1920.

17 *Jornal do Commercio*, 9 de maio de 1920.

> Merece bem uma revoada de aplausos e louvores a soberba iniciativa da colônia portuguesa em Manáos, estabelecendo uma escola nocturna para aquelles seus patrícios adultos que laboram no desconhecimento dos mais rudes princípios.
>
> A "Lusitania Repatriadora", nobilíssima instituição que vem prestando altos serviços aos portugueses desamparados, ha feito jús a todas as palmas com essa resolução grandiosa de facultar aos nossos irmãos de além mar todos os meios preciosos para uma educação modesta, é verdade, mas suficiente para despertar em cada um as funções intelectuais algemadas pela cadeia da ignorância.
>
> De certo os portugueses em Manáos não poderiam imaginar dois meios mais nobres e significativos de render homenagem á pátria e concorrer para o desenvolvimento social de seus irmãos, do que amparar os patrícios infelizes fazendo volvel-os ao solo natal quando em precárias condições de saúde, e abrir escolas, distribuindo luz, para os que vivem a pedir instrução.[18]

Foram também colaboradores na implantação de um dos mais importantes centros de saúde da cidade, a Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas, criada no ano de 1873. Segundo seus estatutos era uma instituição com fins caritativos e tinha como meta atender além dos seus associados, que eram na grande maioria portugueses, qualquer pessoa de outra nacionalidade.[19] A Beneficente Portuguesa juntamente com outros hospitais, como o Santa Casa de Misericórdia procuravam atender as constantes demandas de surtos, epidemias e doenças que assolaram a cidade nos momentos de maior contingente populacional. Nas páginas do Jornal do Comércio eram publicadas periodicamente as atas das reuniões dos sócios do hospital, onde faziam um balanço do recebimento de donativos e do movimento de entrada e saída dos doentes. Com o título de *Beneficente Portuguesa* informava o periódico:

> Em sessão de 3 do corrente, estando presente os srs Luiz Eduardo Rodrigues, presidente Manoel Fernandes, 1º Secretário; José Antonio Gomes, procurador, Antonio José Vieira, Antonio José Pereira da Silva Sotto Mayor, Antonio Dias dos Santos, João Evangelista Maia, João Serra, Antonio Vaz da Costa e Joaquim Pinto da Silva Junior, mordomos.
>
> O presidente abriu o expediente ás 8 ½ horas da manhã. Foram recebidos os seguintes donativos: O sr. Antonio Dias dos Santos ofereceu dadivas no valor de 620:000, durante o mez de dezembro de sua mordomia.

18 *A Notícia*, 4 de fevereiro de 1909.

19 Essa informação de que o hospital era aberto a todas as nacionalidades, a escrita do Barão de Santa-anna Néri corrobora. Quando fala em sua obra da mortalidade excepcional que ocorreu em Manaus no ano de 1897 diz o autor sobre a Beneficente Portuguesa: "No hospital português, estiveram [...] 576 doentes em tratamento, e ocorreram apenas 39 mortes... [...] Entre esses doentes, contavam-se entretanto, indivíduos de todas as nacionalidades, ainda pouco aclimatados: portugueses, franceses, italianos, espanhóis, peruanos, venezuelanos, árabes, etc." (NERI, Barão de Santa-Anna. *No Paiz das Amazonas*. São Paulo: Edusp, 1979, p. 60-61).

> O serviço para o mez corrente é o seguinte: mordomo: Antonio Machado Soares; drs. Jorge de Moraes e Alfredo da Matta; panificadora: a firma Correia Santos & C.
>
> O movimento dos doentes do dia 3 a 9 do corrente, no hospital foi o seguinte:
>
> Existiam: 9 brasileiros, 22 portugueses e 2 de outra nação – total: 32. Entraram: 1 brasileiro, 14 portugueses e 1 de outra nação – total: 16. Sahiram curados: 2 brasileiros, 13 portugueses – total: 15. Sahiram melhorados: 1 brasileiro, 2 portuguezes e 1 de outra nação – total: 4. Ficaram em tratamento: 7 brasileiros, 21 portugueses e 1 de outra nação – total: 30, sendo 21 pensionistas, 5 sócios e 4 de caridade.[20]

Além dessas agremiações, a comunidade portuguesa criou vários clubes sociais e esportivos. O *turf*, esporte caro e só praticado em Manaus por imigrantes europeus e sírio-libaneses endinheirados, incluía entre seus sócios e praticantes, alguns portugueses mais afortunados. O *turf* acontecia aos domingos no Prado Amazonense, onde os páreos eram constantemente noticiados nos periódicos da cidade. Os nomes dos cavalos eram indicativos da nacionalidade dos seus respectivos donos: Nero, Guarany, D. Quixote, Aquidaban, tupy, Bismarck, Douro, Rio Pardo etc. Nesses dias de descontração e lazer, frequenta-se a missa, a passeios de bonde e caminhadas na área portuária para ver os paquetes e navios que chegavam trazendo cartas, jornais e revistas e muitas vezes os amigos do além mar. Segundo João Nogueira da Mata:

> Nessas ocasiões o Pavilhão e a Bolsa Universal regurgitavam de frequentadores. [O] Pavilhão bem instalado, praticamente com três serventias: o térreo com ótimo serviço de bar, dispondo de bebidas finas e salgadinhos da melhor qualidade. Desde os pastéis de santa clara, os bolinhos de bacaclhau, os sanduiches de presunto chegados pelos paquetes da Booth Line… [a] Bolsa Universal… escolhida para ponto de encontro dos grandes comerciantes da praça [com] Serviço de bar irrepreensível, com garçons estrangeiros – na maioria portugueses…[21]

Na ode modernizante que toma conta da região ao longo de todo o Ciclo da Borracha, vai ser comum que o regional passasse a ser associado ao atraso e tradicionalismo, em oposição ao progresso e à "civilização" desejada. Não sem motivos, Manaus, capital do Estado e então epicentro comercial do frenesi gerado pela economia de exportação da borracha, adotava, já em fins do século XIX o apelido que definia o espírito de uma época: "Paris da Selva", adjetivo que ficou eternizado na memória de seus habitantes.

20 *Jornal do Commércio*, 9 de janeiro de 1909.

21 MATA, João Nogueira da. *Antiqualhas manauaras*. Manaus: Editora Humberto Calderaro, 1991, p. 15.

Porém, a "modernidade manauara" vai apresentar, em seu interior, de forma bem marcante, a exclusão social. Ela vai se fazer por sobre os escombros do que era percebido como antigo, arcaico ou atrasado, em geral identificados nos hábitos e nas tradições populares da cidade.

Esse fenômeno pode ser facilmente percebido a partir das modernizações que vão ser implementadas no porto e nas principais ruas da cidade que provocaram não somente a expropriação dos moradores da área onde essas modificações ocorreram, mas também a exclusão de antigos hábitos comuns na cidade, como os conhecidos banhos nos igarapés. Assim, o processo que dará a Manaus um aspecto cosmopolita e moderno, vai ser o mesmo que reforçará em seu interior práticas de exclusão sobre uma imensa parcela da população, fazendo-a sentir fortemente o peso da opressão, da miséria e da fome.

Os relatos referentes a este período de expansão econômica e demográfica (1890-1910) dão conta de uma cidade com sérios problemas para abrigar um contingente sempre crescente de migrantes nacionais e um número nada desprezível de imigrantes estrangeiros, como podemos observar a partir dos dados disponíveis acerca da população da cidade. Em 1872, havia em Manaus 29.334 habitantes; em 1890, esta cifra subiu para 38.720 e dez anos depois (1900) já alcançava a marca de 52.040. Por fim, o censo de 1920 registrava uma população de 75.704 habitantes, quase cinquenta mil a mais do que a 1872.[22] Mesmo durante o período áureo da borracha não havia na cidade oferta de empregos suficiente para o contingente de trabalhadores que chegavam em busca de uma vida melhor provocando na cidade distúrbios que iam da grave questão da indigência, a gatunagem.[23]

Assim, a questão da indigência se transformou em um dos mais sérios problemas que as autoridades administrativas tiveram que enfrentar neste período. Perambulando pelas ruas, sem emprego, sem casa, sem recursos, famintos e maltrapilhos, este foi o cotidiano de muito migrante em Manaus. Terminavam geralmente recolhidos aos leitos da Santa Casa, de onde muitas vezes não saiam mais. Os jornais da cidade estampavam cotidianamente tais noticias como podemos ver pela nota *da coluna Chronica Policial* de 27 de fevereiro de 1908: "Já sem fala, numa miséria tristíssima, foi apanhado pela polícia e conduzido a Santa Casa o indigente Francisco Machado".[24] Porém, os hospitais da cidade nem sempre tinham condições de abrigar a demanda de pobres e desvalidos que aumentava cotidianamente, e nem sempre o trabalhador tinha recursos para custear hospital, remédios, moradia e alimentação. Já em 1864, esse é o caso do português Francisco Antônio Moreira, que teve sua vida exposta nas páginas do jornal o *Catechista*, em função da indignação de Vasconcelos de Freitas, que o acolheu enquanto estava doente, com o tratamento deselegante de outro membro da comunidade para com Francisco Antonio, não respeitando sequer a sua morte:

22 Até 1900, os dados referem-se a censos apresentados por Alfredo da Matta que, como outros estudiosos que o sucederam, aponta a extrema fragilidade desses números. Cf. MATTA, A. *Geografia e topografia médica de Manaus*. Manaus: Typ. Renaud, 1916, p. 43.

23 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte Pinheiro. *Op. cit.*

24 *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1908.

> A PEDIDO
>
> Sr. Redactor
>
> Tendo apparecido em nossa casa na tarde de 5 do corrente o nosso compatriota Francisco Antonio Moreira gravemente enfermo, nós, movidos pelos sentimentos de benevolência, o convidamos para ser tratado em nossa companhia, visto que sendo ele um pobre operário, não podia fazer as despesas que era de necessidade para o seu completo restabelecimento. Acceitando ele o nosso oferecimento deixou-se ficar; e ás 8 horas da noite pouco mais d`esse dia, deo alma ao Creador.
>
> Seriam 10 horas da noite, quando soubemos que o sr Antonio Gomes Barbosa no bilhar dos srs. Cunha & Comp., não respeitando o *parce sepultis* – prerompeo em injurias contra o falecido por lhe dever a *grande soma* de 4$500 réis!!! Deixamos amanhecer, e quando o cadáver era conduzido ao seu ultimo jazigo, fomos pagar essa, como se vê do recibo que se segue.[25]

Como podemos observar as alternativas disponíveis para quem morava ou chegava a cidade com pouco ou nenhum recurso eram bastante limitadas, variando entre engrossar o contingente suburbano ou, permanecer na zona central, alojando-se nos inúmeros cortiços, pensões ou hotéis de 3ª categoria. Em função de tal situação eram comuns as brigas e entreveros com os donos das casas de cômodo, os roubos de pertences das malas dos inquilinos ou ainda a apreensão da mala do hóspede pelo senhorio quando do atraso ou não pagamento do aluguel. Podemos acompanhar cotidianamente situações como essas nas crônicas policiais e nas colunas reservadas as queixas dos populares nos periódicos da cidade. Assim é que na Chronica Policial do dia 21 de abril de 1908 denunciava o jornal que "Joaquim da Costa arvorou-se em juiz. Lá por contas sismou em prender a bagagem do inquilino Mathias da Rocha, que por isso bramou contra o homem e vae ser atendido com todos os efes e erres e esses". Logo abaixo, outra nota na mesma coluna dizia que

> O dono do Hotel Internacional arvorou-se de juiz, tal qual o outro lá de cima. Pelo menos foi isso que contou a primeira delegacia Germano Ribeiro de Figueiredo, desesperado porque o hoteleiro lhe prendera a bagagem, por falta de pagamentos de uns cobres. É preciso acrescentar que o novo juiz ensaiou mal os seus primeiros passos porque a policia reformou a sua sentença.[26]

Essa dificuldade de equacionar a crescente demanda por moradias com uma oferta cada vez mais limitada, fazia de Manaus uma das cidades brasileiras onde se pagava mais caro o aluguel, o que sempre se constituiu em crítica por parte dos trabalhadores nacionais e estrangeiros que migravam para Manaus. Em 1899, veiculando pelos jornais uma nota "ao comércio", queixavam-se os estivadores

25 *O Catechista*, 7 de maio de 1864.

26 *Jornal do Commercio*, 21 de abril de 1908.

do "aumento excessivo dos aluguéis das casas", com o agravante de não poderem confiar "na estabilidade do preço ajustado".[27]

Podemos acompanhar a vivencia dos segmentos mais abastados da comunidade portuguesa em Manaus através de um conjunto considerável de fontes como a dos nos periódicos, nas atas e documentos da Associação Comercial, através da documentação das associações beneficentes, publicações de memorialistas etc. Porém, é mais difícil acompanhar a vivência dos portugueses que, em Manaus, pertenciam aos segmentos mais populares. Há pouca visibilidade acerca de suas organizações e sociabilidades, o que nos leva a recorrer a fontes que os flagram, frequentemente, em atitudes consideradas conflitivas e transgressoras por parte das autoridades locais, como nas colunas policiais dos inúmeros periódicos da cidade. Assim, até mesmo os momentos de lazer e descontração acabavam ganhando as páginas das *Crônicas Policiais*. É assim que em 1908, publicava o Jornal do Comércio uma nota a respeito de um "Baile de Arromba. Ontem, as 11 horas da noite, originou-se serio conflito no hotel Villa do Conde, sito a rua Joaquim Sarmento, onde se realizava um baile a sustância. A polícia compareceu no local, prendendo 18 convidados, todos portugueses".[28]

Nesses momentos podemos perceber como o linguajar do periódico se tornava deselegante, grosseiro e extremamente preconceituoso ao veicular essas notícias, como ocorreu com o caso da prisão do português João de Oliveira provocada por uma possível bebedeira. Dizia o jornal:

> Pileque e pau, eis o que apanhou hontem o português João de Oliveira Costa, que num estado deplorável de bebedeira e com as fussas deitando melado encarnado, foi dar com os ossos no quarto escuro da rua Deodoro, onde está pagando por si e por outros companheiros de egual jaez que deram as de Villa Diogo quando, na Avenida Silverio Nery, ouviram o trilar dos apitos.[29]

Ficava evidente também que o preconceito externado pelo periódico, muitas vezes, era muito mais de classe, do que de nacionalidade, pois este mesmo linguajar era utilizado quando os populares locais ou nacionais eram flagrados em situações que estavam em desacordo com os novos hábitos e padrões de moralidade que se pretendia para a sociedade manauara. A *Chronica Policial* de 14 de maio de 1908 escrevia a respeito de uma mulher que considerava de "conduta duvidosa": "Nenem Paraense é a antonomásia de uma Eva que hontem despara atirar insultos ás fussas de Pedro Alcantara da Luz. A rapariga explicou-se na segunda delegacia".[30]

Como já mencionamos, a comunidade portuguesa que se ampliou a partir do *boom* da borracha passou também a ser percebida também no interior dos novos ofícios e atividades que passaram a compor o cenário urbano de Manaus. Assim, começaram a fazer parte do cotidiano urbano médicos,

27 *Jornal da Tarde*, Manaus, 11 de novembro de 1899.

28 *Jornal do Commercio*, 27 de janeiro de 1908.

29 *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1908.

30 *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1908.

advogados, sapateiros, padeiros, pedreiros, carregadores, cocheiros, gráficos, alfaiates, catraieiros, estivadores, vendedores ambulantes, caixeiros etc. Os caixeiros de Manaus, como ocorreu em outras regiões do Brasil, eram quase todos de procedência portuguesa[31] e um anúncio de emprego recolhido em um jornal local, confirmava essa preferência: "Caixeiro – Na Mercearia Alfacinha precisa-se de um [trabalhador] de 12 a 15 anos; prefere-se português".[32]

A área portuária de Manaus, importante numa cidade que se projetava como entreposto comercial da borracha, também abrigou uma grande concentração de portugueses. Repetia-se em Manaus com a presença lusitana, uma tradição presente em quase todos os portos do Brasil e do mundo. Com efeito, é sabido que desde finais do século XIII, Portugal tornou-se um centro de comércio marítimo ativo que fez desenvolver e consolidar profissões ligadas as atividades portuárias. Desde aquela época a presença de marítimos (pilotos, taifeiros etc.) e estivadores portugueses nos portos do mundo inteiro tornou-se frequente.[33]

Em muitos movimentos reinvindicatórios dos trabalhadores portuários, aparecem referências diretas à composição lusitana de parte desses quadros, como na greve de 1923, entabulada pelos estivadores. Em abaixo-assinado dirigido à Associação Comercial do Amazonas, assumiam explicitamente esse viés, ao afirmar: "Nós pretendemos implantar com todo o ardor as 08:00 horas; horário este, adotado e respeitado em todo o território brasileiro. Portanto, brasileiros e portugueses, em ação conjunta, resolvem definitivamente fazer valer nesta capital o horário acima referido…".[34]

Em outro momento, referindo-se ao êxito de uma de suas manifestações políticas, quando haviam conseguido reunir na praça do Comércio mais de dois mil trabalhadores, o presidente da *Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas*, Manoel Rufino Correia da Silva, enfatizava que "o dia de ontem era para os estivadores, como o 15 de novembro foi para os brasileiros e o 5 de outubro para os portugueses".[35]

A presença de portugueses foi também importante no seio de outra categoria portuária: os catraieiros. As catraias e alvarengas (pequenas embarcações) foram importantes no trabalho de estivação pelo menos até 1906 quando se concluiu a construção de um cais flutuante do novo porto de Manaus (o *Roadway*), uma vez que até aquela data as catraias funcionavam como intermediários entre o cais e os grandes navios que fundeavam no meio do rio, a 150 metros da margem.

À semelhança dos estivadores, os catraieiros contavam em sua composição com um número considerável de portugueses. Em 1895 temos uma referência explícita a essa questão, trazida pela fala de um cronista português, quando de sua chegada à Manaus:

---

31 POPINIGIS, Fabiani. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

32 *Commércio do Amazonas*, 14 de fevereiro de 1899.

33 ALBUQUERQUE, Marli Brito de. *Trabalho e conflito no porto do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1983, p. 66.

34 *Jornal do Commercio*, 8 de junho de 1923.

35 *Jornal do Commercio*, 3 de janeiro de 1911.

> Quando aí fundeou o nosso Imperatriz Thereza a ele encostou uma dúzia de botes, vistosamente pintados. Eram todos de catraieiros portugueses. Os nomes estampados à popa em caracteres de fantasia, bem atestavam quanto o patriotismo lusitano não decresce com o auxílio em longes terras e por dilatado tempo. Bem hajam. Recorda-nos que entre esses bateis havia um *Vasco da Gama*, um *Avenida da Liberdade*, um *Minho*, um *Torre de Belém* e um *Luiz de Camões*. E os costumes são tão portugueses que mais de uma vez se nos tem afigurado estarmos na pátria do cantor dos *Luzíadas*.[36]

Tais evidências, no entanto, não podem sugerir somente a existência de relações harmoniosas no interior da comunidade portuguesa ou mesmo dos portugueses com outros imigrantes (nacionais ou estrangeiros). Os momentos de crise, retração da oferta de empregos ou guerras deixavam em evidência tais situações. Em 1917, o jornal *O Rio Madeira*, publica uma matéria com o título *Os Portugueses e a Guerra*, onde enaltece o patriotismo e a solidariedade do povo português, principalmente daqueles portugueses que se encontram em terras distantes e faz uma campanha de angariação de fundos para serem enviados a Portugal. Ao mesmo tempo em que agradece aqueles que contribuíram com a campanha, condena a conduta dos que ignoraram ou se negaram a contribuir:

> Longe, muito longe da pátria, o português não esquece nunca os seus deveres de cidadão, e não abandona um só momento o seu patrício, qualquer que seja a sua posição social.
>
> Agora mesmo, nesta situação premente que Portugal atravessa essa colônia, digna de elogios, tem dado sobejas provas de seu patriotismo. Kermeses, subscrições e tantos outros meios de angarias donativos têm sido por ella postos em prática, e o resultado é sempre aplicado no auxílio das vítimas da guerra.
>
> Ultimamente constitui-se em Manaus a Comissão Patriótica Portuguesa que, trabalhando entusiasticamente, promoveu a distribuição de cadernetas com o fim de angariar os donativos com que a referida pretendia auxiliar os seus compatriotas, víctimas da terrível hecatombe.
>
> Idéia benemérita, teve logo franco acolhimento. E só não pode dizer-se que toda a Colonia se movimentou como um só corpo, porque infelizmente teve aquela Comissão, uma nódoa escura na sua história, de constatar a rejeição de algumas cadernetas por um insignificante número de indivíduos que não conhecem ou esqueceram o que significa dever cívico.[37]

Muito provavelmente o periódico tecia críticas a posturas adotadas por portugueses como a que observamos no periódico de orientação anarco-sindicalista *A Lucta Social*. Produzido em 1914

36 FONSECA, L. *Op. cit.*, p. 85.

37 *O Rio Madeira*, 31 de maio de 1917.

por trabalhadores gráficos, teve como grande articulista e produtor o português Tércio Miranda. Em suas páginas o jornal cerrava fileiras na condenação aos nacionalismos, na condenação da guerra que acabara de explodir na Europa, apresentando-a como um movimento autofágico e encetado pela ganância da burguesia europeia. Criticavam o crescente militarismo, dirigindo especial atenção para a manipulação e exploração dos trabalhadores europeus, ante uma guerra que não lhes dizia respeito.

De forma irônica, argumentavam que a guerra era provocada por meia dúzia de pessoas de "altos poderes humanos e elevados princípios religiosos" e que, sob o impacto dessa ação, não só a Europa estava ficando coalhada de cadáveres, mas também os campos onde antes se plantava e colhia trigo haviam se transformado num lugar de morte, onde só passavam canhões. Denunciavam, ainda, as vidas ceifadas unicamente para enriquecer "os acionistas de fábricas de material de guerra".[38]

No bojo dessas contestações, Tércio Miranda, publica carta aberta a seu irmão Abílio, que, em Portugal, estava às voltas com o recrutamento militar. Nela, pedia a ele que não se alistasse nas fileiras do exército português e que, caso fosse obrigado a fazê-lo, desertasse! Lembrava ao irmão que uma coisa era ter participado no 1º Batalhão de Voluntários da República, pois este envolvimento fora para garantir um direito conquistado pelo povo, a extinção da monarquia; porém, agora:

> trata-se, não da liberdade, do prestijio do povo, mas, do prestijio dos arjentários insatisfeitos, que longe de suavisar as dores e as máguas dos pequenos, aumentam ainda as suas chagas mortíferas. São estes os únicos culpados da grande calamidade que nos envolve e são estes que em vez de irem combater, mandam os filhos do povo. E assim eles, que tudo teem a perder, nem a vida arriscam. Mesmo vencidos são sempre vitoriosos".[39]

Os momentos de crise e retração da oferta de empregos levavam à emergência de apelos xenófobos, como foi no caso dos estivadores. Em 1911, alguns empregadores priorizaram a contratação de estivadores portugueses alegando serem eles mais robustos e aptos ao trabalhos que os nacionais. Nesses momentos, os protestos ocorriam de imediato e por vezes resultavam em paralisações com denúncias e apelos ao cumprimento dos dispositivos legais contidos nos "Estatutos dos Armazéns Alfandegados", onde estava estabelecido que "os brasileiros natos são os que devem ser os preferidos para o serviço".[40]

Limitamo-nos a dar breve registro aqui daquilo a que estamos tendo acesso no curso de nossa pesquisa. Para além da marcante presença portuguesa na esfera econômica da região, as marcas mais singulares dessa presença no espaço citadino manauara constituem ainda um campo aberto à investigação, a clamar por uma maior atenção dos historiadores da região.

---

38 *A Lucta Social*, nº 6. Manaus, nov. 1914.

39 *Ibidem*.

40 Carta da Manáos Harbour ao *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 de janeiro de 1911.